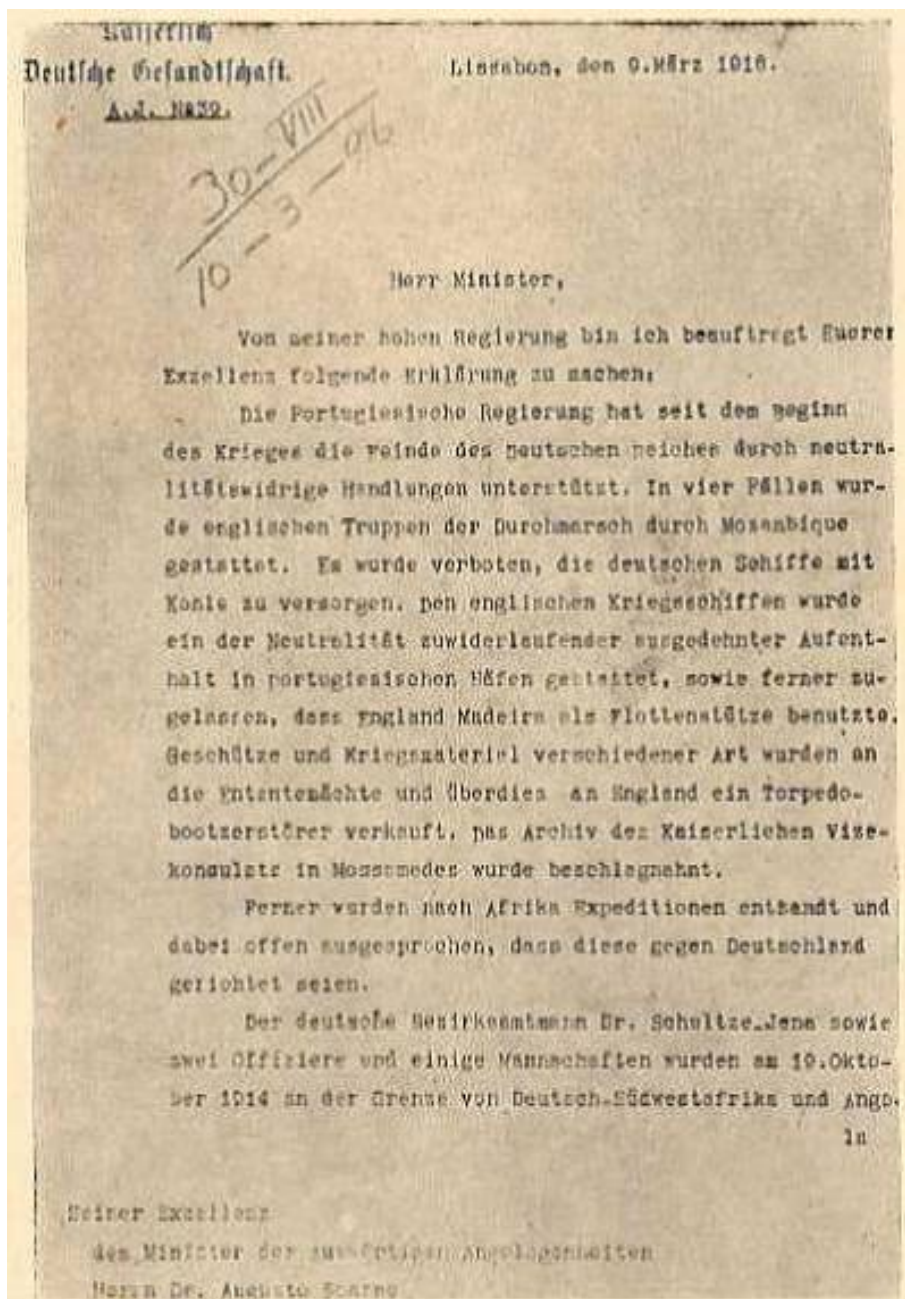


"A raça portuguesa degenerou? Ou mantém as suas qualidades primitivas?"

Vestido de negro, de sobrecasaca e chapéu alto, o embaixador alemão chega ao Ministério português dos Negócios Estrangeiros numa carruagem de praça. Esteve 20 minutos com o ministro para lhe declarar guerra e pedir oito passaportes. Foi no 9 de março de 1916.

|| Uma larga paz de cem anos acaba de ser interrompida por uma declaração de guerra com o maior império", é assim que o jornal "A Vanguarda" introduz a questão "A raça portuguesa degenerou? Ou mantém as suas qualidades primitivas?", a propósito da entrada de Portugal na I Guerra Mundial, forçada pela declaração entregue em



Lisboa pelo embaixador alemão a 9 de março de 1916 (acima reproduzida). A iniciativa ficou por ali, mas o povo confirmou ser "fadado para as apoteoses e para os sacrifícios".

O "jornalista vigoroso" e "erudito investigador das coisas de história", Rocha Martins, foi quem "A Vanguarda" escolheu para escrever sobre a última vez em que os portugueses se bateram pela pátria, isto é, ao lado do imperador francês Napoleão, em 1809, quando este dominava a península ibérica. "A luta era de extermínio. O imperador queria forçar os ingleses a abaterem o seu predomínio comercial... As guerras não têm nunca como origem senão isso... O resto são coisas retóricas... A Inglaterra, nesse período, apenas aconselhou uma medida: o embarque da família real... Assim se fez... O Povo, porém, queria bater-se. A política não deixou. O exército era pequeno mas treinado na guerra."

O jornal — crítico do governo de Afonso Costa, que estava ao lado de Inglaterra desde 1914, quando os impérios austro-húngaro e alemão arrastaram o mundo para um conflito violento — deu na primeira página duas colunas de alto a baixo ao assunto e mais uma na página seguinte. A questão foi lançada já Portugal entrara na I Guerra Mundial. A reflexão data de 22 de março e não do dia em que Friedrich Rosen, envergando sobrecasaca e chapéu alto negros, se dirigiu numa carruagem de praça ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, onde já não ia há ano e meio.

Nesse dia 9 de março de 1916, em que os portugueses serão levados à guerra, o ministro plenipotenciário da Alemanha esteve 20 minutos reunido com Augusto Soares, mas sobre o encontro só se soube rumores. E na manhã seguinte o "Diário de Notícias" ainda não publicava certezas: "Consta-nos que o motivo da ida do sr. barão de Rosen ao ministério dos estrangeiros foi para fazer entrega de uma nota do governo alemão, na qual se dão como rotas as relações entre a Alemanha e Portugal, e em que a Alemanha faz a sua declaração de guerra".

"O Século", no entanto, já no dia 9, no editorial "Rompimento?", apesar de mostrar incerteza, dizia ser possível que à hora em que o jornal chegava às mãos dos leitores já estivesse "oficialmente definida pelo governo alemão a respetiva situação dos dois países". Noutro artigo de primeira página, intitulado "As nossas relações com a Alemanha", pressupunha: "As informações fornecidas pelo nosso ministro em Berlim, sr. Sidónio Pais, e a abalada, em massa e rápida, da colónia alemã aqui residente - injustificada no caso de simples interrupção de relações - levam-nos a crer que a Alemanha responderá ao nosso governo com uma nota de declaração de beligerância".

O ministro da Guerra, Norton de Matos, que andarà pelas trincheiras e em 1919 será um dos delegados portugueses à Conferência da Paz, disse ao século, que o procurou já perto da meia-noite de dia 9, que nada havia a recear: "O país deve confiar absolutamente no seu exército, que saberá cumprir o seu dever em qualquer emergência". Soube cumprir, mas com grandes custos: oito mil mortos, 16.607 feridos, 13.645 feridos e

desaparecidos. No total foram mobilizados para a guerra na Europa e em África 105.542 homens.



Grande confiança nos militares portugueses parece que também Napoleão Bonaparte tinha. Conta Rocha Martins, na defesa da "raça" lutadora, que "na batalha de Wagram, sob a nascente do Danúbio, uma divisão do corpo comandada por Oudinot [Nicolas Charles Oudinot, marechal e duque de Reggio] pôs-se em debandada ante o fogo terrível das baterias austríacas... Os portugueses que ali estavam ficaram a bater-se... Esse punhado de valentes concorreu imenso para a vitória...".

Bonaparte, após ordenar promoções e condecorações com a Legião de Honra, terá dito ao conde de Ega, Aires José Maria de Saldanha Albuquerque Coutinho Matos e Noronha, cuja mulher era amante do comandante francês Junot, invasor de Portugal, "senhor conde, estou muito satisfeito dos vossos portugueses - eles combateram sempre com muita galhardia nesta guerra e decerto na Europa não há melhores soldados do que eles!...". Remata Rocha Martins: "Isto é absolutamente

histórico. E sente-se sem querer um orgulho nacional ante as palavras do Homem dos Séculos aos nossos avós.... Vale por uma bandeira".

Histórico foi, sem qualquer dúvida, o encontro oficial entre Rosen e Soares, iniciado pelas 18h há precisamente 100 anos. Não houve qualquer violência física, nem meça de forças: o alemão entregou o documento ao ministro dos Negócios Estrangeiros e pediu passaportes. "O Século" montou guarda na sua rua, pelas 21h viu à porta da legação "um automóvel fechado e de cortinas corridas", observou Rosen sair com o filho, caminharem até ao Alto de Santa Catarina e entrarem no palacete de Alfredo da Silva, industrial milionário fundador da CUF que, anos mais tarde, apoiará o Estado Novo e o ditador Oliveira Salazar. A despedida demorou uma hora. A partida ficou marcada para o dia seguinte num comboio especial.

Friedrich Rosen, de 60 anos, há cerca de quatro em Lisboa vindo de Bucareste, diplomata de carreira tido por especialista em questões árabes e que depois da guerra será ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha, tinha passado a tarde, segundo "A Capital" apurou de "fonte segura", "na legação a queimar muitos papéis, tendo mandado retirar os aparelhos telefónicos do palácio Pombal, na rua do Século, antiga casa do marquês e hoje imóvel de interesse público à espera de melhores dias". De manhã recebera a visita do embaixador e da embaixatriz dos Estados Unidos e de alguns seus conterrâneos, e deslocara-se à legação de Espanha, país neutro que passará a representar Portugal perante a Alemanha...

No dia 10, pelas 14h20, o ministro alemão (na foto abaixo) partiu do Rossio, vestido de castanho, acompanhado da mulher e do filho e ainda de outros elementos da legação. A hora fora mantida em segredo, desnecessariamente, já que não houve a mais leve manifestação de desagrado, só um grande silêncio, e alguns amigos portugueses na gare. O jornalista do "Diário de Notícias" esteve a vigiar o palácio desde as sete da manhã. A dada altura, o alemão resolveu sair de automóvel e o fotógrafo avançou de "kodak em punho", mas foi impedido pelo próprio de disparar a máquina. "Não faça! Não faça!", disse em português.

Entretanto, uma polémica irá arrastar-se por algum tempo nos jornais - a das pessoas que se foram despedir do diplomata alemão. "A Vanguarda" tomou nota de um protesto do jornal "O País" publicado no dia 20: "A Capital e O Mundo quase esgotaram a sua indignação de envolta com turvas insinuações contra o sr. [Tomás] Mello Bryner, por ir ao bota fora do sr. Rosen, ministro alemão em Lisboa, mas bem lhes deve ter custado tomar conhecimento da carta digníssima que o visado enviou aos jornais, pondo o caso no seu verdadeiro pé e restringindo-se a um simples dever quase profissional de um médico na carta em sua defesa, explicava que fora médico da família, criara uma natural amizade, por isso, lhe fora dizer adeus. Quando acabará esta nossa eterna mania de tudo malsinar, de tudo tirar conclusões deprimentes para a



honorabilidade e inteireza de carácter de qualquer? Quando?". E "A Vanguarda" comentava: "Tem razão O País. Mas que fazer, se, nem mesmo nos períodos da reconciliação, se poupam os homens de boa conduta".

O ÊXODO ALEMÃO

Antes da entrega oficial da declaração de guerra, na véspera e nesse dia já outros seus concidadãos tinham partido. Portanto, antes de se saber... já se sabia. Desde o dia 23 de fevereiro, data da apreensão dos navios alemães surtos no Tejo, que se esperava a retaliação da Alemanha. Após uma breve troca de reações, e de reação às reações, terá sido no dia 8 que o ministro plenipotenciário português em Berlim recebeu a nota de declaração de guerra, pelo menos foi o que contou ao seu colega em Paris, João Chagas.

Nesse dia, já cidadãos alemães a viver em Portugal abandonavam o país. "O Século" noticiou a 9 de março: "No rápido de Madrid das 16h30 partiram ontem muitas famílias alemãs, a ponto de o ministro da Rússia, que pretendia ir assistir aos funerais do embaixador do seu país em Madrid, não poder embarcar por falta de lugar nesse comboio. Entre os indivíduos de nacionalidade alemã que partiram notámos o sr. Otto Marcus, chefe da casa Marcus & Harting, e o sr. Schmiede, antigo proprietário de um colégio alemão".

"Ontem, nos comboios da manhã e da tarde, seguiram em 1.^a classe nove súbditos alemães, e em 3.^a um", lê-se no "Diário de Notícias" de 10 de março. Também alguns dos germânicos residentes no Porto e em Vila Nova de Gaia não esperaram pela oficialização e, na véspera, viajaram para Espanha. O "El Mundo" de dia 9 de março noticiava a chegada de "numerosos alemães", os quais, "ao serem interrogados, declararam que se lhes indicou conveniência de abandonarem este país".

O jornal "A Capital", por sair à noite, contava quase tudo no dia 9, até a possibilidade da demissão do governo para se constituir um executivo de união nacional, como viria a acontecer dias depois, embora não fizesse afirmações sobre o que se passava entre Portugal e a Alemanha porque "nas estações oficiais" nada conseguiram "apurar de positivo". E falou com alguns dos alemães residentes em Lisboa e verificou que alguns já tinham partido, como os srs. Weinstein com escritório na Rua do Comércio, ou Otto Ziemms, Burmester e Moss, "preparando-se ainda para sair os srs. Henrich Danardht, Zickerman e Muller e outros importantes negociantes alemães que entre nós desfrutavam de uma magnífica situação".

"Na oficina de fotogravura de 'O Século' têm trabalhado três artistas alemães. Um deles partiu hoje, com destino ao seu país, tendo ficado ainda os dois restantes, dos quais um é o sr. Kramef, chefe da referida oficina", fazia ainda notar "A Capital". O jornalista percorreu várias casas comerciais, onde se trabalhava "sob uma grande atmosfera calma, aparentando, ao menos, não dar ouvidos às notícias alarmantes de que a cidade inteira se faz eco". No seu escritório da rua da Prata, Herold, "um dos potentados da colónia alemã", a viver em Lisboa há 44 anos, dizia-se "no firme propósito" de ficar no país, a não ser que o governo português o obrigasse a sair. Na casa Antunes & Orey o problema era outro. "Peço-lhe que desfaça a lenda de que nós somos alemães. Somos portugueses, genuinamente portugueses, aqui nascidos e educados, tendo até entrado no recenseamento militar português." Semelhante discurso ouviram, por exemplo, a Carlos Ahrens.

OUTRA DECLARAÇÃO NO MESMO DIA

O "Diário de Notícias", que acreditava que "só quem não for português pensará ou procederá diversamente", resume bem o pensamento que atravessou os jornais na sua edição de 10 de março: "Em todos os editoriais dos diversos jornais políticos vimos com íntima satisfação que a nota dominante é pouco mais ou menos a mesma, isto é, reconhecendo estas folhas a gravidade e o excecional melindre das presentes circunstâncias, opinam que nesta conjuntura devem congregarem-se todos os esforços e juntar-se todas as energias para se conseguir um único e capitalíssimo fim – manter com honra a dignidade e a autonomia de Portugal, responder com hombridade a quaisquer ameaças ou

agravos e prepararmo-nos sem desfalecimentos nem desuniões para as eventualidades de qualquer ataque ou agressão".

A declaração de guerra, apesar de muitos temerem o seu efeito, foi recebida com algum entusiasmo — como dizia Rocha Martins, "este povo é fadado para as apoteoses e para os sacrifícios". A opinião pública favorável fez-se ouvir mais alto, os germanófilos começaram a ser olhados de lado e as manifestações organizadas para alimentar o patriotismo tinham sempre muitos adeptos. No entanto, o povo sofria com a miséria, a falta de bens essenciais e a perda dos seus homens na guerra.

Nos jornais, outra declaração datada de 9 de março de 1916 causou impacto, a do "Caso do Hotel Aliança do Porto", mais precisamente emitida pela empresa Simões, Carmo & Comandita para atestar a honestidade do seu gerente. Porquê? Tinham desaparecido 260 escudos ao mesmo tempo que se dera "uma fita representada por Adelina Magalhães". O anúncio não contava, porém, o que é que se passara em concreto. Resumindo, o caso dera que falar porque a amante de Raimundo Martins, conhecido gerente da loja no Porto, fora encontrada no quarto do hotel, amarrada e amordaçada, dizendo-se vítima de roubo. Adelina terá depois confessado à polícia ter sido ela quem, depois do amante sair, lhe arrombara a mala e retirado um envelope com dinheiro, tendo gasto apenas cinco escudos num par de sapatos. E, depois, atara-se a si própria...